

## Condições de trabalho docente na Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC) do estado do Amapá (2014-2020)

 Vanessa Lima dos Santos Assunção<sup>1</sup>,  Sidney Lobato<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Universidade Federal do Amapá - UNIFAP. Departamento de Educação (DEd). Rod. Josmar Chaves Pinto, km 02, Jardim Marco Zero. Macapá - AP, Brasil. <sup>2</sup> Universidade Federal do Amapá - UNIFAP.

*Autor para correspondência/Author for correspondence: vanessaeytorvitor1985@gmail.com*

**RESUMO.** Este artigo analisa as condições de trabalho docente na Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC) do Campus Mazagão da Universidade Federal do Amapá (Unifap). Nosso estudo aborda o período vai desde a implantação dessa LEdoC, em 2014, até o momento da suspensão de suas atividades presenciais, no início de 2020. O problema de investigação é o seguinte: quais eram as condições de trabalho docente na LEdoC durante seus primeiros anos de existência? O exame das referidas condições se deu por meio de entrevistas de história oral e de pesquisa documental. Os resultados evidenciam que o Estado, ao executar políticas educacionais para a LEdoC, não garantiu uma estrutura mínima ao Campus Mazagão e, em decorrência disso, o trabalho docente aí realizado foi precarizado e intensificado.

**Palavras-chave:** trabalho docente, condições de trabalho, educação do campo, Ledoc.

---

RBEC	Tocantinópolis/Brasil	v. 9	e16468	UFNT	2024	ISSN: 2525-4863
------	-----------------------	------	--------	------	------	-----------------



## Working conditions teaching in the Degree in Rural Education (LEdoC) in the state of Amapá (2014-2020)

**ABSTRACT.** This article analyzes the working conditions of teachers in the Degree in Rural Education (LEdoC) at Campus Mazagão at the Federal University of Amapá (Unifap). Our study is scoped to the period since the implementation of this LEdoC, in 2014, until the moment of suspension of its face-to-face activities, in early 2020. The research problem is: what were the teaching working conditions at LEdoC, during its first years of existence? The examination of these conditions took place through oral history interviews and documentary research. The results show that the State, when executing educational policies for the LEdoC, did not guarantee a minimum structure to the Campus Mazagão and, as a result, the teaching work carried out there was precarious and intensified.

**Keywords:** teaching work, working conditions, rural education, Ledoc.

## Condiciones laborales docencia en la Licenciatura en Educación Rural (LEdoC) en el estado de Amapá (2014-2020)

**RESUMEN.** Este artículo analiza las condiciones de trabajo de los docentes de la Licenciatura en Educación Rural (LEdoC) del Campus Mazagão de la Universidad Federal de Amapá (Unifap). Nuestro estudio se enmarca en el período desde la implementación de esta LEdoC, en 2014, hasta el momento de suspensión de sus actividades presenciales, a principios de 2020. El problema de investigación es el siguiente: ¿cuáles eran las condiciones de trabajo docente en la LEdoC, durante sus primeros años de existencia? El examen de estas condiciones se llevó a cabo a través de entrevistas de historia oral e investigación documental. Los resultados muestran que el Estado, al ejecutar las políticas educativas para la LEdoC, no garantizó una estructura mínima al Campus Mazagão y, en consecuencia, la labor docente allí desarrollada fue precaria e intensificada.

**Palabras clave:** trabajo docente, condiciones de trabajo, educación rural, LEdoC.

## Introdução

O presente artigo analisa o trabalho docente na Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC) do Campus Mazagão<sup>1</sup> da Universidade Federal do Amapá (Unifap). O foco do estudo recai sobre as condições de trabalho docente desde a implantação desta LEdoC, em 2014, até a interrupção do ensino presencial na Unifap, no início de 2020.

As análises de documentos oficiais e de entrevistas com docentes foram essenciais na investigação que serviu de base a este texto. Por meio das entrevistas de história oral foi possível compreender, ainda que parcialmente, experiências pessoais e coletivas à luz de condições históricas concretas (Alberti, 2008, p. 163). Partimos do pressuposto de que a mensagem das fontes utilizadas expressa um sentido que somente pode ser compreendido na sua relação com as condições de produção e de recepção dessa mesma mensagem. Ou seja, as representações veiculadas pelas fontes não podem ser analisadas de forma isolada, ou desconectadas dos contextos em que elas estão inseridas (Franco, 2005, p. 13; Bardin, 1977, p. 38).

As entrevistas ocorreram de março a junho de 2022. Foram entrevistados 07 (sete) de um total 15 (quinze) professores da LEdoC do Campus Mazagão. As entrevistas foram realizadas respeitando-se o que determinam as normativas nacionais, com destaque para as Resoluções nº 510/2016 e nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Ressaltamos que todos os docentes autorizaram a divulgação de seus nomes por meio da assinatura de termos de livre consentimento. Cada docente foi entrevistado de forma individual, através do *Google Meet* e com o recurso de gravação de vídeo (audiovisual)<sup>2</sup>. Buscamos entender as condições de trabalho e as especificidades de uma licenciatura que resultou de pressões dos movimentos sociais pela garantia do direito a uma educação de qualidade e ofertada no lugar onde vivem os trabalhadores do campo (Caldart, 2002; Molina, 2017).

O trabalho desenvolvido pelos docentes da LEdoC (curso que oferta formação em Ciências Agrárias e Ciências da Natureza com ênfase em Agronomia e em Biologia) no Campus Mazagão segue um currículo voltado à formação de professores do campo que irão atuar nas Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) locais. Os docentes trabalham com estudantes que vivem nas comunidades do município de Mazagão, nos interiores do estado do Amapá e ilhas do Pará. Em sua maioria, eles são oriundos de “populações rurais em suas mais variadas formas de produção da vida – agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais,

ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros” (Resolução n. 02, de 28 de abril de 2008). Eles também são professores da educação básica que possuem apenas o diploma do curso de magistério (Unifap, 2017).

Conforme já destacamos, nos limites deste artigo, pretendemos colocar em exame os principais desafios enfrentados pelos docentes que trabalharam nos primeiros anos de existência da LEdoC amapaense: o período de 2014 a 2019. Partimos do pressuposto de que as condições de trabalho são resultado de uma organização social definida em suas bases pelo modo de produção capitalista (Oliveira & Assunção, 2010).

### **Trabalho docente na Licenciatura em Educação do Campo do Campus Mazagão da Unifap (2014-2019)**

O trabalho docente realizado no Campus Mazagão inicia efetivamente suas atividades de ensino, pesquisa e extensão a partir do ingresso das primeiras turmas nos anos de 2014 e 2015, momento em que foram aprovadas mais de 42 LEdoCs no Brasil. A LEdoC é um curso em nível de graduação criado a fim de formar docentes para atuar nas escolas situadas no espaço rural (Antunes-Rocha, 2010, p. 1). Ao enfocarmos o trabalho dos professores dessa licenciatura, destacamos que tal curso se distingue dos demais existentes na Unifap, pois, além de estar situado em um *campus* rural, apresenta uma proposta pedagógica própria, baseada no regime da alternância, que:

Conta com reconhecimento dos sistemas de ensino, da comunidade do campo, dos movimentos sociais, sindicais e de estudiosos da educação. Com módulos escolares definidos de forma a articular aprendizagem escolar e aprendizagem no âmbito familiar/comunitário, esta metodologia teve o tempo destinado a atividades comunitárias normatizado por meio do Parecer nº 01/2006 (Brasil, 2012, p. 4-5).

No âmbito do ensino superior, a valorização dos povos do campo chega por meio da educação do campo. Cabe destacar que só foi possível a materialização das LEdoCs no Brasil pela atuação dos movimentos sociais do campo no sentido de abrir brechas nas barreiras que os projetos hegemônicos impunham aos trabalhadores. Barreiras no sentido de impedir ou dificultar seu acesso a uma educação comprometida com a emancipação social. Também é importante ressaltar as especificidades do processo de formação da educação do campo. De acordo com Caldart (2009, p. 39), essa educação “nasceu como crítica à realidade da educação brasileira, particularmente à situação educacional do povo brasileiro que trabalha e

vive no/do campo”. A proposta de educação do campo apontava para a promoção de uma via educativa que fortalecesse valores e saberes ligados à realidade camponesa, respondendo a demandas de reconhecimento dos diferentes modos de vida existentes no país e estabelecendo pontos de convergência com o debate político suscitado pelos movimentos sociais (Caldart, 2002).

Cabe ainda acrescentar que o modelo dominante era o da educação rural, que vinha se desenvolvendo a partir dos interesses do agronegócio, em contraposição às aspirações dos sujeitos da agricultura camponesa (Fernandes & Molina, 2004, p. 9). A tal modelo se opõe a educação do campo, que nasce do projeto pedagógico e social dos sujeitos do campo, com um histórico de muitas lutas, conquistas e resistências ao projeto neoliberal, que visa tornar mínima a atuação do Estado e esvaziar os recursos das instituições educacionais públicas (Apple, 2003).

Assim, a criação das LEdoCs é parte de uma história de lutas de sujeitos sociais antagônicos, que atuam no seio da formação econômico-social capitalista. O Decreto n° 7.352, de 4 de novembro de 2010, instituiu a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), colocado sob a gestão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e executado com apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Também está na origem dessa política a criação do Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo) pelo Ministério da Educação (MEC), que apoia a formação inicial de professores do campo, seguindo os princípios e objetivos da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, que é orientada pelas diretrizes estipuladas no Conselho Nacional de Educação (CNE).

Estas políticas foram formuladas para atender sujeitos camponeses no âmbito das LEdoCs e concretizam-se em 2009 por meio do curso de “Licenciatura em Educação do Campo a partir de três características básicas: protagonismo dos sujeitos e dos seus contextos de produção de vida, formação por área de conhecimento e organização dos tempos e espaços de alternância” (Antunes-Rocha, 2010, p. 1). O objetivo dessa graduação é formar camponeses, habilitando-os como professores do campo a fim de lecionarem nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio nas EFAs e nos Centros Familiares de Formação por Alternância (Ceffas), tendo em vista uma educação integral e humana que associe o trabalho agrícola à educação escolar a partir da realidade camponesa.

No município de Mazagão, as atividades de ensino, pesquisa e extensão da LEdoC são desenvolvidas sob a orientação de um projeto pedagógico que se baseia na Resolução nº 027/2014 da Unifap (PPC/LEdoC) (Unifap, 2017, p. 21). Desde sua criação, tal licenciatura passou a desempenhar um papel fundamental na formação dos sujeitos do campo, contribuindo para a permanência deles em seus territórios. Mas, a garantia da educação de qualidade na LEdoC demanda condições de trabalho favoráveis, o que, como demonstraremos adiante, não foi assegurado desde a criação do Campus Mazagão. Como em outras partes do Brasil, a construção da proposta de educação do campo no Amapá deveu-se em grande medida à atuação dos movimentos sociais e da Unifap, por intermédio do:

Grupo de Estudos Interdisciplinares em Educação do Campo (GREINE), criado por uma equipe de professores da universidade, com o objetivo de fomentar as discussões sobre a educação do campo no contexto amapaense. O GREINE contou com o apoio dos movimentos e organizações sociais, com a colaboração do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação no Campo e na Amazônia (GEPERUAZ) da UFPA (Costa, 2016, p. 73).

Este grupo de estudos começou a realizar encontros a partir de 2008, envolvendo alguns dos principais movimentos sociais do Amapá, a saber: Central Única dos Trabalhadores (CUT), Rede das Escolas Família (Raefap), Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura no Estado do Amapá (Fettagrap) e Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) (Unifap, 2017; Costa, 2016, p. 73).

Os movimentos sociais, a fim de obterem acesso à educação no campo, começaram a pressionar a Unifap. Para Cristo (2021, p. 146), tal pressão se dava no sentido de que, por meio desta instituição, fosse garantida a “oferta de formação às populações do campo, tanto de educação básica quanto superior”. O Procampo publicou o edital de convocação nº 2, de 23 de abril de 2008 (Secadi/MEC), chamando as Instituições de Ensino Superior (IES) públicas interessadas em implantar licenciatura para os povos do campo a apresentar seus projetos. Cristo (2021, p. 151) também destaca que esse edital veio ao encontro das reivindicações dos movimentos sociais do Amapá e da “carência de docentes, para atuar com as disciplinas de Física e Biologia, nas escolas do campo”. A Unifap produziu o projeto do Curso de Licenciatura em Educação do Campo em Biologia e Física, obtendo aprovação e implantando a primeira turma no município de Laranjal do Jari (sul do estado do Amapá). Porém, este curso de módulo único padecia da falta de uma estrutura mínima (espaços edificadas e equipados) (Unifap, 2017).

Nesse primeiro momento, a criação de uma turma de graduação única representava importante conquista para educadores do campo, que majoritariamente não tinham formação superior. Apesar disso, era notório que muitas seriam as limitações dessa primeira experiência, por se tratar de um programa educacional eventual e não de uma política de Estado. Problemas administrativos e orçamentários da Unifap dificultaram a execução desta experiência pioneira. Depois da LEdoC em Laranjal do Jari, adveio um novo edital do MEC, o n. 09 de 29 de abril de 2009, fruto da mediação da Secadi, do apoio da Secretaria de Educação Superior (Sesu) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A Unifap então obteve a aprovação do projeto da LEdoC em Docência Multidisciplinar em Física e Biologia, com execução no município de Mazagão. Segundo Cristo (2021, p. 153), neste momento:

O Curso de Licenciatura em Educação do Campo, nasce na Universidade Federal do Amapá, visando promover a valorização da educação das comunidades rurais da Amazônia Amapaense, com o intuito de contemplar alternativas de organização escolar e pedagógica, objetivando a superação das desvantagens educacionais históricas, sofridas por essas populações.

Para essa turma de Mazagão, as atividades de ensino foram desenvolvidas em parceria com a Escola Estadual Dom Pedro e com a Secretaria Municipal de Educação, que disponibilizaram espaços nas escolas do município. Portanto, antes da implantação do curso da LEdoC em Ciências Agrárias e Ciências da Natureza com Ênfase em Agronomia e em Biologia, aconteceram estas duas ofertas descontinuadas promovidas pelo Pronera e Procampo. Ambas eram parte de programas de educação do campo para o ensino superior de turmas únicas. O prédio que restou do segundo projeto (de 2010) abrigaria depois as atividades da LEdoC regular, que seguiria o regime acadêmico da alternância pedagógica (tempo universidade e tempo-comunidade).

Por meio do edital nº 12/2014, que regeu o processo seletivo para o ano de 2014 (Procampo) da LEdoC, a Unifap ofertou 120 vagas divididas em duas turmas de 60 estudantes destinadas “aos professores em efetivo exercício da docência no ensino fundamental e médio lotados nas redes de ensino nas áreas rurais do Amapá” (Costa, 2016, p. 174). Atualmente, a Unifap oferta vagas anuais para curso regular e de tempo integral em Agronomia e Biologia. Esse curso foi reconhecido pela Resolução 027/2014. Todavia, o espaço edificado e equipado para receber os primeiros estudantes, de maneira geral, era muito precário. A estrutura predial

era a do projeto de 2010, com bloco único, espaços insuficientes, o que muito limitava as atividades pedagógicas (PPC/LEdoC, 2017).

Afim de abordar as condições de trabalho na LEdoC da Unifap foram entrevistados os docentes: Débora Mate Mendes, Flávio da Silva Costa, Galdino Xavier de Paula Filho, Janivan Fernandes Suassuna, Kalyne Sonale Arruda de Brito, Marlo dos Reis e Melissa Sousa Sobrinho. Os docentes Débora, Flávio, Marlo e Melissa participaram do primeiro concurso público para professor efetivo da LEdoC (edital nº 13/2013), quando foram ofertadas 7 (sete) vagas em regime de trabalho de 40 horas semanais. Contudo, apenas quatro docentes foram então aprovados.

Uma vez empossados, os docentes começaram a trabalhar com a educação do campo, em uma licenciatura que funcionava em regime de alternância. Para todos eles o primeiro desafio era conhecer a educação do campo, as singularidades da Amazônia e o ensino em alternância. As entrevistas trouxeram à tona a “riqueza da história oral [que] está evidentemente relacionada ao fato de ela permitir o conhecimento de experiências e modos de vida de diferentes grupos sociais” (Alberti, 2008, p. 166). Por meio dos testemunhos dos docentes, foi possível conhecer alguns dos obstáculos por eles enfrentados, começando por aqueles derivados de uma estrutura física mínima e precária.

Dos sete docentes entrevistados, seis possuíam doutorado e um era doutorando. Não existia, portanto, diferenças significativas quanto ao nível de titulação, mas apenas em relação à área de atuação. Atuavam nas áreas das Ciências Agrárias, com formação em Engenharia Agrícola, os docentes Flávio, Janivan, Kalyne e Galdino. Na Área da educação do campo e da Pedagogia trabalhavam Débora e Marlo. Por fim, na Botânica atuava Melissa. À parte essa diversidade de campos disciplinares, cabe indagar quais dificuldades esses docentes enfrentaram em suas atividades laborativas nos primeiros anos de existência da LEdoC de Mazagão.

### **Condições de trabalho docente na LEdoC da Unifap**

Os quatro primeiros professores da LEdoC da Unifap deram início às atividades de ensino, pesquisa e extensão, a partir do ano letivo de 2014. Começaram atendendo 120 estudantes. Débora, Flávio, Marlo e Melissa disseram que chegaram a exercer suas atividades laborativas para um total de 240 discentes, divididos em quatro turmas de 60 cada. Com o

déficit de professores, houve maior intensificação do trabalho. Em relação a isso, Débora destaca: “Mas, aí aquela situação a gente não pode – vou usando expressões populares – “deixar a peteca cair”. Vamos, bora lá, vamos fazer acontecer o negócio! Então foi bem desgastante, principalmente, o primeiro e o segundo semestres” (entrevista com Débora Mendes, em 2022). Este regime de trabalho desgastante podemos caracterizar como intensificação do trabalho. Segundo Dal Rosso (2008, p. 9), isso “traduz-se em maiores desgastes físicos, intelectual e emocional”. Tais desgastes foram expressados também no relato de Melissa: “a gente ficou com uma carga muito pesada de disciplinas para um começo de curso e tudo muito teórico”. A situação inicial era de um número muito grande de estudantes em relação ao quantitativo baixo de docentes. Débora elucida: “como nós éramos quatro docentes com duas turmas, a gente precisou se dividir, e cada um assumiu uma carga horária mais exaustiva na época, para poder cumprir com o máximo possível de disciplinas para o curso não ficar prejudicado. Não era para ter sido assim”. Esse regime intensificado de trabalho impactou negativamente a prática pedagógica em sala de aula.

Os desgastes gerados pelo aumento exponencial da intensidade do trabalho se agravaram em função dos insuficientes e pequenos espaços disponíveis. Débora destacou que nesse primeiro momento o *campus* estava sem internet e biblioteca, contando somente com alguns livros, numa estrutura física muito precária. Sabemos que o conjunto de recursos que possibilitam a execução do trabalho docente envolve instalações da estrutura física, equipamentos, materiais e insumos (Oliveira e Assunção, 2010). Tais condições de trabalho não estavam suficientemente disponíveis na LEdoC. Marlo nos disse em entrevista que, ao chegar na LEdoC, encontrou uma estrutura que não era satisfatória para o trabalho, pois o prédio do *campus* tinha sido construído em um só bloco, com quatro salas de aula e um banheiro para professores e estudantes.

Apresentamos no Quadro 1 trechos de como os docentes avaliaram a estrutura física e os equipamentos, tomando como exemplos: sala de professores, de aula, da coordenação pedagógica e da secretaria; laboratórios; biblioteca; copa; refeitório; banheiros; espaço para descanso; acessibilidade, entre outros meios necessários à realização do trabalho ou para o apoio pedagógico na LEdoC.

Quadro 1 - Avaliação dos docentes referente à estrutura física e equipada da LEdoC.

Docente	Comentário
Débora Mendes	Mesmo sabendo que a nossa infraestrutura ainda é muito precária, totalmente precária, eu diria, quando a gente ingressou era muito pior. Muito pior mesmo.
Flávio Costa	Eu acho que esse sempre foi o nosso maior problema, [pois] o “calcanhar de Aquiles” da LEdoC é justamente a infraestrutura.
Galdino de Paula Filho	Então se nos últimos 5 anos melhorou muito, a parte estrutural, sobretudo, no meu caso, no nosso caso, no ensino na área das disciplinas de Agronomia, ainda é uma infraestrutura precária.
Janivan Suassuna	Esse é o ponto mais frágil do nosso curso, eu diria assim. Porque desde que eu cheguei no <i>campus</i> , em 2015, algumas melhorias já aconteceram, mas hoje nós ainda temos uma estrutura muito defasada em relação a nossa necessidade para trabalhar de forma adequada.
Kalyne Brito	Já foi bem pior. E já está um pouco melhor. Mas, eu não canso de dizer que é uma estrutura muito deficiente. De certa forma bem deficiente.
Marlo dos Reis	Infelizmente, nós não temos uma estrutura satisfatória. A maior parte dos itens que você comentou aqui, durante o enunciado, nós não temos no nosso <i>campus</i> . O nosso <i>campus</i> é um <i>campus</i> descentralizado da universidade, e a gente passa muito “perrengue”! A gente tem muita bronca com a reitoria, com a prefeitura para olhar para o nosso <i>campus</i> , para a gente conseguir, a “duras penas”, ir estruturando a parte física para favorecer, para facilitar o nosso trabalho com dignidade com nossos acadêmicos no Mazagão.
Melissa Sousa Sobrinho	Esse teu ponto, [é] um ponto muito pesado. No curso, na verdade, tudo falta, falta muito. Eu já entrei achando muito estranho um curso que está formando profissionais da licenciatura em Biologia não ter um microscópio, não ter uma lupa.

Fonte: entrevistas com os docentes (2022).

Conforme se pode constatar no quadro acima, na avaliação dos docentes, a estrutura física e equipada da LEdoC não era favorável ao trabalho docente, podendo ser chamada de precária e insuficiente. As instalações físicas não possibilitavam a qualidade da aprendizagem nas áreas de Agronomia e Biologia. Nos dois primeiros anos de existência da licenciatura, a falta de água prejudicava tanto discentes quanto docentes, que necessitavam dela para a hidratação e para a higiene. Atualmente, o *campus* possui uma caixa d'água, fruto da pressão de professores e estudantes sobre os gestores da universidade.

A maior queixa dos professores se refere às precárias instalações físicas. Como o curso ocorria em regime de tempo integral, implicando na permanência no *campus* manhã e tarde, essa precariedade muito afetava o bem-estar dos docentes e, principalmente, dos discentes. Por exemplo, ambos realizavam suas refeições no *campus* universitário, sem ter para isso espaço adequado, pois não havia copa, nem restaurante. “A gente pena muito com a situação

da alimentação”, disse Marlo, assim manifestando sua insatisfação. Os discentes realizavam suas refeições nos corredores ou nos poucos ambientes fechados, como salas de aula.

As palavras mais comumente usadas nas narrativas dos docentes em relação à precariedade da estrutura física são: “estrutura precária” ou “limitante”; “tudo muito deficiente”; “super precário”; “estrutura não é satisfatória”; “espaço mínimo de trabalho”. Palavras que denotam a existência de condições de trabalho precárias no espaço edificado do curso. Em seus relatos, os docentes apontam que seu maior desejo é ver ampliados os espaços de ensino. Contudo, é importante ressaltar que por mais que o ambiente de trabalho não forneça uma estrutura mínima, os educadores do campo – que são filhos de ribeirinhos, agricultores, extrativistas, pescadores, quilombolas e de indígenas – estão tendo aí a oportunidade de acesso ao ensino superior, algo que lhes foi negado por muito tempo. Esse acesso está sendo possível pela existência da LEdoC e, principalmente, pela atuação do corpo docente e da coordenação do *campus* em meio a tantas adversidades.

Os docentes da educação do campo apontam como a falta de estrutura física adequada afeta o desenvolvimento de seus trabalhos, gerando sentimentos de tristeza e, em alguns casos, de inconformismo. Vale ressaltar que suas falas colocam sempre em evidência a preocupação com os discentes. Os estudantes comumente permanecem no *campus* de Mazagão durante o dia todo, pois são oriundos de longínquas comunidades, localizadas nos demais municípios do Amapá e nas ilhas do Pará. No tempo universidade, eles também permanecem durante meses em Mazagão, em casas alugadas ou de parentes e amigos, pois o *campus* não lhes oferece moradia alguma. Ao aí chegarem, eles não se sentem em uma universidade, pois sequer encontram espaços para a higiene do corpo (para o banho), ou para descansar.

O início das atividades dos docentes demandou mais trabalho, mais intensidade, pois a “ideia de que todo o ato de trabalho envolve gasto de energia e, portanto, exige esforço do trabalhador, está na raiz da noção de intensidade” (Dal Rosso, 2008, p. 20). O trabalho realizado na LEdoC exigiu dos primeiros quatro docentes um esforço maior, em virtude tanto da estruturação do Projeto Político do Curso (PPC), quanto do recebimento das primeiras turmas, em 2014 e 2015, numa estrutura de baixíssima qualidade. A intensificação é “mais que esforço físico, pois envolve todas as capacidades do trabalhador, sejam as de seu corpo, a acuidade de sua mente, a afetividade despendida ou os saberes adquiridos através do tempo ou transmitidos pelo processo de socialização”, afirma Dal Rosso (2008, p. 21). A intensificação

se agravou na LEdoC da Unifap porque o esforço físico e intelectual dos docentes foi maior do que seria em outras condições. Dal Rosso (2008, p. 21) igualmente destaca que “falamos de intensificação quando os resultados são quantitativa ou qualitativamente superiores, razão pela qual se exige um consumo maior de energias do trabalhador”. Segundo Melissa, a oferta das disciplinas do curso foi bastante intensificada:

No começo, até por falta de experiência nossa e de falta de informação da universidade, a gente ficou com uma carga muito pesada de disciplinas para um começo de curso, e tudo muito teórico e nada prático. Era complicado a gente não ter um laboratório. Não tinha laboratório de nada. Eram quatro turmas. As primeiras quatro turmas de 60 alunos. A gente trabalhava a hora do relógio fechado. Então eram 60 minutos e eram quatro tempos. Então era muito pesado e foi muito desgastante. E ainda mais tudo muito teórico. Então foi complicado desde o começo (entrevista com Melissa Sobrinho, em 2022).

Houve maior intensidade das atividades laborais pelo déficit de professores. Porém, mesmo depois da entrada de mais concursados para compor o corpo docente, as condições de trabalho intensificadas permaneceram, pois o cotidiano marcado por precariedades e privações (como a falta de laboratórios, espaços de convivência, acervo, equipamentos e outros meios de trabalho) continuou a determinar a intensidade do trabalho. A aprendizagem se voltava mais à parte teórica, dada a falta de infraestrutura, de materiais, de laboratórios ou de recursos para atividades práticas. Ademais, pelo fato de a LEdoC habilitar o egresso para a “docência nas séries finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio Normal e Técnico Profissional, com ênfases em Ciências Agrárias (Agronomia) e Ciências da Natureza (Biologia)” (PPC/LEdoC) (Unifap, 2017, p. 21), seria necessário ir além do ensino teórico, pois a aprendizagem deveria englobar a pesquisa e a extensão, ambas muito afetadas pela falta dos espaços de trabalho e das idas a campo. Mas, os docentes vêm se esforçando para realizar atividades de experimentação ou de aplicação dos conhecimentos de base. E isso é constatado nos diversos trabalhos de campo, de pesquisa e extensão, que eles vêm fazendo.

Melissa mencionou que a LEdoC possui um “corpo docente super qualificado e não tem estrutura, não tem um laboratório pedagógico”. Em decorrência disso, na avaliação do MEC, o corpo docente obteve uma nota acima de quatro, assim como o projeto pedagógico. No entanto, a infraestrutura do curso recebeu nota inferior a dois, e depois passou para nota três. A avaliação realizada pelo MEC aconteceu três anos após o início do curso, que contava apenas com quatro salas e um banheiro. O PPC da LEdoC (2017) prevê oferta multidisciplinar em Ciências Agrárias (na área de Agronomia) e em Ciências da Natureza (na área da

Biologia), com o objetivo de atender a demanda dos educadores do campo, habilitando-os por meio de atividades teórico-práticas de ensino, pesquisa e extensão, organizadas em três núcleos:

I - Núcleo de estudos de formação geral - contempla as áreas específicas e interdisciplinares do campo educacional, seus fundamentos, metodologias e das diversas realidades educacionais; II - Núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação Profissional - incluem os conteúdos específicos e pedagógicos concernentes às áreas das ciências agrárias e da natureza, com ênfase em agronomia e biologia; III - Núcleo de estudos integradores - abrange experiências que possibilitem o enriquecimento curricular, compreendendo a participação em seminários, estudos curriculares em disciplinas eletivas, em projetos de iniciação científica, monitoria e extensão, dentre outros (Unifap, 2017, p. 22).

As atividades teórico-práticas dos núcleos supracitados foram divididas em eixos temáticos que perpassam disciplinas do tempo universidade e do tempo comunidade. São oito eixos temáticos: educação do campo, heterogeneidade e relações étnico-raciais; educação do campo e direito à terra; educação do campo e diversidade cultural; direitos humanos e a educação do campo; educação do campo e inclusão; educação ambiental e desenvolvimento sustentável; educação do campo, docência e pesquisa; e educação do campo, docência, organização social (PPC/LEdoC) (Unifap, 2017).

Nos dois semestres iniciais os professores abordam os dois primeiros eixos temáticos, abrangendo entre nove e onze disciplinas, com uma carga horária total de 462 horas aulas (50 minutos cada) trabalhadas em dois tempos (matutino e vespertino). Para a habilitação em Ciências Agrárias e em Biologia, os laboratórios são muito importantes. Mas, eles não saíram do papel. O que existe é um espaço mínimo, improvisado (uma sala de aula que foi dividida ao meio), chamado de Laboratório de Agroecologia e que contém poucos equipamentos, viabilizando apenas pesquisas básicas.

Figura 1 - Espaço adaptado para funcionar como Laboratório de Agroecologia.



Fonte: Acervo fotográfico dos autores (2022).

Como pode ser observado, os espaços são muito pequenos. As imagens mostram equipamentos, mobílias e estufa do primeiro laboratório, além de mesas e algumas caixas fechadas do que seria um segundo laboratório. Ressaltamos que nesses espaços improvisados são realizados apenas estudos básicos, pois neles faltam os equipamentos necessários para a realização de pesquisas avançadas. Além disso, é importante elucidar que os poucos equipamentos aí existentes foram conseguidos pelos docentes por meio de editais e de recursos próprios. Neste atinente, professor Flávio relata:

Já conseguimos diversos equipamentos em projetos do CNPQ, projetos da Instituição de Pesquisa do Amapá – que é a Fapeap. A gente compra equipamentos, nós ficamos com um material, uma estufa que nós compramos com o dinheiro do projeto e teve que ficar na Embrapa durante um bom tempo, porque o Mazagão não era uma estrutura [adequada] para receber [isso] (entrevista com Flávio Costa, em 2022).

Como podemos observar na Figura 1, essas não são instalações apropriadas para a realização de atividades com uma turma da LEdoC, pois o material acumulado não deixa espaço suficiente para um grupo de 40 a 60 alunos. Melissa afirma que foram realizadas melhorias, mas a realidade dos laboratórios ainda é muito precária. Ela ressalta que teve que recorrer a editais de pesquisa para adquirir um microscópio e três lupas. A docente destaca ainda que a Unifap não forneceu materiais e estrutura para viabilizar a aprendizagem em Agronomia e Biologia. Os poucos equipamentos adquiridos pelos professores não podiam ficar no *campus* pela falta de lugar para guardá-los. O espaço adaptado para o Laboratório de Agroecologia foi um arranjo criado por iniciativa dos docentes, pois antes não havia sequer um local para pesquisas.

Ainda em relação aos laboratórios, Marlo destaca que os “arranjos” não são adequados às necessidades da LEdoC:

Os nossos laboratórios, nós fizemos arranjos, numa das salas que era a sala de aula. A gente acabou batalhando recursos de editais de pesquisa e extensão, para fazer um arranjo assim, para fazer uma adaptação que não é satisfatória. Com divisórias que não seguram os ruídos, não seguram os odores. Nós temos professores de Biologia, de Agronomia, que realizam experimentos nesses espaços. Então, infelizmente, a estrutura não é satisfatória. Não é segura. Não é condizente. (entrevista com Marlo dos Reis, em 2022).

Débora relata que, por meio de projetos de financiamento externo, os docentes compraram balança de precisão e estufa, equipamentos para pesquisas em Ciências Agrárias e Biologia. Ela acrescenta que os materiais da área da Educação (como câmeras fotográficas) eram guardados num “espacinho” e utilizados em projetos com a “juventude da floresta”<sup>3</sup>. Mesmo depois de ampliações prediais pontuais, a estrutura física para a realização do trabalho docente segue sendo insuficiente e precária.

Como é possível constatar, as entrevistas denotam que os espaços equipados são insuficientes e, na falta deles, o bom andamento do trabalho docente fica comprometido, impactando negativamente ensino, pesquisa e extensão. A ampliação do primeiro prédio foi conquistada pela pressão coletiva de docentes e discentes. Daí adveio a inauguração da biblioteca, em 7 de abril de 2017, dentro da qual surgiram saletas. Esta biblioteca conta com um acervo de livros das áreas da Agronomia, da Biologia e da Educação. Infelizmente, ele é insuficiente para a demanda do curso. Há espaços de leitura, para a coordenação e secretaria (todos muito pequenos). Alguns computadores da biblioteca são usados como “laboratório de informática”. Existe ainda um mini auditório, mas quando professores e estudantes precisam reunir mais de 100 pessoas tem que recorrer a outros lugares, como escolas estaduais, câmara de vereadores e fórum do município.

Os relatos dos entrevistados denotam a desvalorização do trabalho do professor, que se vê desafiado por espaços impróprios para trabalhar. Na Unifap, a implantação da LEdoC foi um importante ganho social. Mas, o impacto da agenda neoliberal na educação do campo fica expresso no agravamento dos cortes orçamentários sofridos pelas instituições de ensino, o que gera condições muito adversas ao trabalho docente. A precariedade enfrentada na LEdoC foi denunciada ao sindicato dos docentes. Em visita ao *campus*, a direção do Sindufap (seção sindical do Andes Sindicato Nacional) constatou as condições precárias do curso. O sindicado apoiou os docentes no esforço para pressionar mais e mais a reitoria da Unifap na busca de

melhorias. Como fruto disso surgiu um projeto de ampliação do *campus*, que prevê a construção de uma nova estrutura predial, com salas e outros espaços para suprir, em parte, a demanda existente. No entanto, tal construção foi interrompida por causa de problemas com a empresa que tinha ganhado a licitação e em decorrência da pandemia do coronavírus. Ademais, os entrevistados destacaram que esta construção não é suficiente para atender a atual demanda.

### **Considerações finais**

Constatamos, a partir das entrevistas, que houve a intensificação e a precarização das condições de trabalho docente, expressas, por exemplo, no uso de uma estrutura diminuta e mal equipada. A partir da pressão exercida pelo coletivo de professores, coordenação e estudantes, ocorreram adaptações, ensaios de ampliação predial e compra de equipamentos. No entanto, estas têm sido apenas medidas paliativas, que não eliminaram, até agora, a precariedade do trabalho. Medidas que estão muito aquém do que precisa um curso integral de educação do campo em Ciências Agrárias e em Biologia.

Ficou evidente que as políticas educacionais para a educação do campo e o trabalho dos docentes trouxeram ganhos sociais reais para os povos dos campos, florestas e águas da Amazônia amapaense, pois, antes da criação da LEdoC, estes não tinham acesso à educação superior. No entanto, as dificuldades vividas na implantação da LEdoC em Mazagão muito prejudicaram o atendimento das especificidades da educação do campo, no tempo universidade e no tempo comunidade.

Os resultados do estudo evidenciam que o Estado, ao executar políticas educacionais para a LEdoC, não garantiu uma estrutura mínima ao Campus Mazagão e, em decorrência disso, o trabalho docente aí realizado foi precarizado e intensificado. É preciso que os docentes, os movimentos sociais e a sociedade com um todo se organizem para conduzir as lutas necessárias à transformação das condições de trabalho docente nas LEdoCs e ao enfrentamento de uma educação desvinculada das realidades dos povos do campo, das águas e das florestas. Esperamos que este texto possa instigar debates e ações, pois as análises realizadas em torno das condições de trabalho docente no curso da LEdoC de Mazagão evidenciam a urgência de políticas educacionais para a valorização do trabalho docente e para a melhoria da formação de educadores do campo.

## Referências

Alberti, V. (2008). Fontes orais: Histórias dentro da história. In Pinsky, C. B. (Org.). *Fontes históricas* (pp. 155-202). São Paulo: Contexto.

Antunes-Rocha, M. I. (2010). Licenciatura em educação do campo. In Oliveira, D. A., Duarte, A. M. C., & Vieira, L. M. F. (Orgs.). *Dicionário: Trabalho, profissão e condição docente*. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, np. Recuperado de: <https://gestrado.net.br/dicionario-de-verbetes/#a>

Apple, M. W. (2003). *Educando à direita: Mercados, padrões, Deus e desigualdade*. São Paulo: Cortez.

Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Brasil. Ministério da Educação (MEC). (2012). Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi). *Educação do Campo: Marcos normativos*. Brasília: Secadi.

Caldart, R. S. (2002). A escola do campo em movimento. In Benjamin, C., & Caldart, R. S. (Orgs.). *Por uma educação básica do campo*. Brasília: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, p. 23-48.

Caldart, R. S. (2009). Educação do campo: Notas para uma análise de percurso. *Trabalho, Educação e Saúde*, 7(1), 35-64. <https://doi.org/10.1590/S1981-77462009000100003>.

Costa, H. G. P. (2016). *Políticas públicas de educação: Um estudo sobre os programas federais de educação para o campo no Amapá* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Amapá, Macapá.

Cristo, A. C. P. (2021). *Formação em alternância nas Amazôniaas: A Licenciatura em Educação do Campo/Unifap-AP e as interfaces com a educação-trabalho território* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Pará, Belém.

Dal Rosso, S. (2008). *Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea*. São Paulo: Boitempo.

*Decreto n. 7.352, de 4 de novembro de 2010*. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – Pronera. Recuperado de: <http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2012-pdf/10199-8-decreto-7352-de4-de-novembro-de-2010/file>.

*Edital de convocação n. 09, de 29 de abril de 2009*. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secadi). Recuperado de: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/edital\\_procampo\\_20092.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/edital_procampo_20092.pdf).

*Edital n. 2, de 23 de abril de 2008.* Chamada pública para seleção de projetos de instituições públicas de ensino superior para o Procampo. Recuperado de: [http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/edital\\_procampo.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/edital_procampo.pdf).

Fernandes, B., & Molina, M. (2004). O campo da educação do campo. In Molina, M., & Jesus, S. A. (Orgs.). *Por uma educação do campo: Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Franco, M. L. P. B. (2005). *Análise de conteúdo* (2a ed.). Brasília: Liber Livro.

Marin, A. J. Precarização do trabalho docente (2010). In Oliveira, D. A., Duarte, A. M. C., & Vieira, L. M. F. (Orgs.). *Dicionário: Trabalho, profissão e condição docente*. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, np. Recuperado de: <https://gestrado.net.br/dicionario-de-verbetes/#a>

Molina, M. C. (2017). Contribuições das Licenciaturas em Educação do Campo para as Políticas de Formação de Educadores. *Educação & Sociedade*, 38(140), 587-609.

Molina, M. C., & Sá, L. M. (2014). Licenciatura em Educação do Campo. Verbete-Dicionário da Educação do Campo. In *Seminário Nacional da Licenciatura em Educação do Campo, Caderno do IV Seminário da Licenciatura em Educação do Campo* (pp. 9-14). Belém: Ministério da Educação.

Oliveira, D. A., & Assunção, A. A. (2010). Condições de trabalho docente. In Oliveira, D. A., Duarte, A. M. C., & Vieira, L. M. F. (Orgs.). *Dicionário: Trabalho, profissão e condição docente*. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, np. Recuperado de: <https://gestrado.net.br/dicionario-de-verbetes/#a>

Resolução CNE/CEB n. 02. (2012). Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Diário Oficial da União, Seção 1. In Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi). *Educação do Campo: Marcos normativos* (pp. 53-56). Brasília, DF.

Unifap. Universidade Federal do Amapá. (2017). *Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo em Ciências Agrárias e Ciências da Natureza com ênfase em Agronomia e em Biologia*. Recuperado de: <https://www2.unifap.br/educacaodocampo/files/2021/03/PROJETOPOL%c3%8dTICO-PEDAG%c3%93GICO-LECAGBIO.pdf>.

---

<sup>1</sup> O município de Mazagão foi criado pela Lei nº 226, em 28 de novembro de 1890, integrando três distritos: Mazagão, Carvão e Mazagão Velho. Limita-se com os municípios de Santana, Porto Grande, Pedra Branca do Amapari, Laranjal do Jari e Vitória do Jari. (PPC LEdoC/Unifap, 2017).

<sup>2</sup> O procedimento adotado, justificou-se para preservar a vida e manter o isolamento social evitando o contágio da Covid-19 e de suas variantes, uma vez que a pesquisa foi realizada no ano de 2022. Pelas restrições para

poder evitar a propagação do vírus e guarda a vida dos docentes priorizamos realizar as entrevistas de forma virtual.

<sup>3</sup> O projeto organizado com a juventude do campo nasceu do trabalho dos professores da LEdoC Campmzg, Débora Mendes, Melissa Sousa Sobrinho, Marlo dos Reis e Flávio Costa. Estes desenvolvem projetos com a participação ativa de discentes e da juventude do campo, das águas e da floresta do Amapá.

#### Informações do Artigo / Article Information

Recebido em: 11/05/2023  
Aprovado em: 13/04/2023  
Publicado em: 30/06/2024

Received on May 11th, 2023  
Accepted on April 13th, 2023  
Published on June, 30th, 2024

**Contribuições no Artigo:** Os(as) autores(as) foram os(as) responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: levantamento, análise e interpretação dos dados, bem como da escrita e revisão do conteúdo do manuscrito.

**Author Contributions:** The authors were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript and critical revision of the content.

**Conflitos de Interesse:** Os(as) autores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

**Conflict of Interest:** None reported.

#### Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

#### Article Peer Review

Double review.

#### Agência de Fomento

Não tem.

#### Funding

No funding.

#### Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Assunção, V. L. S., & Lobato, S. S. (2024). *Condições de trabalho docente na Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC) do estado do Amapá (2014-2020)*. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 9, e16468.

ABNT

ASSUNÇÃO, V. L. S.; LOBATO, S. S. Condições de trabalho docente na Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC) do estado do Amapá (2014-2020). *Rev. Bras. Educ. Camp.*, Tocantinópolis, v. 9, e16468, 2024.

---

RBEC	Tocantinópolis/Brasil	v. 9	e16468	UFNT	2024	ISSN: 2525-4863
------	-----------------------	------	--------	------	------	-----------------